



PREGÃO ELETRÔNICO N ° 021/2026 - EDITAL: 036/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ - **UASG N°:** 453330

OBJETO: Contratação de empresa para atender as necessidades da Secretaria de Saúde no que se refere à aquisição de materiais permanentes e equipamentos ambulatoriais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 743.043,99 (setecentos e quarenta e três mil, quarenta e três reais e noventa e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

REGISTRO DE PREÇOS:

☐ SIM ☒ NÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

☒ MENOR PREÇO ☐ MAIOR DESCONTO

☐ POR ITEM ☒ POR GRUPO/LOTE ☐ GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

☒ ABERTO ☐ ABERTO E ☐ FECHADO E
FECHADO ABERTO

PREFERÊNCIAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU EQUIPARADAS:

☒ SIM ☐ NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026
(Processo Administrativo nº 1.893/2026)

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE POÁ, por meio da Secretaria da Administração, sediada Av. Brasil, 198 - Centro, Poá - SP, 08561-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, processada sob o critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 8.409, de 05 de janeiro de 2024](#) e demais legislações aplicáveis, assim como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, a se realizar:

DATA: 28/05/2026

HORA: 10:00 H

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 453330

1.DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para atender as necessidades da Secretaria de Saúde no que se refere à aquisição de **MATERIAIS PERMANENTES e EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.DO PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. As condições de fornecimento, tais como prazo e local para entrega são as que constam da minuta de Contrato.

3.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Será admitida a participação de **pessoas jurídicas reunidas sob a forma de consórcio**, observado o regramento constante do item 5.1 do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

3.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7. Para o lote 03, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.8. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



- 3.10.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.10.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.10.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.10.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.10.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.12.** O impedimento de que trata o item 3.10.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.13.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.2 e 3.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.14.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.15.** O disposto nos itens 3.10.2 e 3.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas



sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.17. A vedação de que trata o item 3.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada (Não se admitindo cotações em quantidades inferiores ao total do item).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



5.10. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nesta licitação;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.14. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Em havendo desclassificação de Propostas, tal decisão deverá ser registrada no sistema, acompanhada de sua fundamentação, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.



6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

6.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.14. Será o presente Pregão Eletrônico processado em **MODO DE DISPUTA "ABERTO"** e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.18. Quando da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na forma do regramento constante do edital, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.19. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.20. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.21. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.22. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



6.23. Só poderá haver empate entre propostas iniciais.

6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.26. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.28. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.29. No caso de haverem itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.29.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.29.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.29.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.30. Só poderá haver empate entre licitantes que tenham concorrido apenas com suas propostas iniciais (que não tenham formulado lances).

6.31. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



6.32. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.32.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.32.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.32.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.32.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.33. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.33.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.33.2. empresas brasileiras;

6.33.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.33.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.34. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.35. Tratando-se de licitação em lote/grupo de itens, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários estimados constantes do Termo de Referência como máximo admissível a fim de aceitabilidade.

6.36. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.37. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.38. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



6.39. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogáveis, a seu critério mediante solicitação fundamentada do licitante no chat, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.40. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.10** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.7. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item e 4.6 deste edital.



7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. conter vícios insanáveis;

7.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.16. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.17. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



7.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os requisitos exigidos para fins de habilitação das licitantes encontram-se previstos no item 13 do Termo de Referência, anexo ao presente edital, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.5. Quando da participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.



8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou, ainda, por de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal ([art. 12, IV, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.14. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto,



observado o disposto no [§ 1º do art. 36](#) e no [§ 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.15. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



9.DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nas dependências da Prefeitura do Município de Poá, situada à Av. Brasil nº 198 – centro – Poá, no Depto de Licitações e Contratos.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro promoverá o encaminhamento do processo licitatório à



autoridade superior ou àquela que disponha de competência delegada, que no caso de concordância com os atos praticados, procederá a adjudicação e a homologação do objeto ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es).

11. DO CONTRATO

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

11.2. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.4. Quando convocada a subscrever o contrato, a adjudicatária deverá apresentar:

11.4.1. **Sicaf atualizado** ou;

11.4.2. Certidão Conjunta de Débitos atualizada, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social; Certidão comprobatória de regularidade atualizada relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT atualizadas.

11.5. A Minuta do Contrato a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante deste Edital – ANEXO III, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

11.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



- 12.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 12.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.2.4.** deixar de apresentar amostra, ou;
 - 12.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.2.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.2.7.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.2.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 12.2.9.** fraudar a licitação;
 - 12.2.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.3.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.3.1.** advertência;
 - 12.3.2.** multa;
 - 12.3.3.** impedimento de licitar e contratar e;
 - 12.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;



- 12.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 12.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.6.** Para as infrações previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.2.4, 12.2.5, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 12.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação



à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do **e-mail pregoeiro@poa.sp.gov.br** ou por petição protocolizada diretamente na Divisão de Protocolo, em dias úteis, das 09h às 16h, situada à Avenida Brasil, nº 198 – Centro – Poá/SP.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.



14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.poa.sp.gov.br/licitacoes/>.

14.11. Na hipótese de não constar expressamente o prazo limite de validade das certidões, prevalecerá o prazo de 180 (Cento e Oitenta) dias, a contar da data de emissão do documento até a abertura da sessão licitatória, excetuados os atestados de capacidade técnica apresentados na forma do item 13.5.1. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, cujo prazo de validade será considerado indeterminado.

14.12. Qualquer divergência entre as especificações contidas no Termo de Referência deste Edital e as constantes no CATMAT - Código de Material, do COMPRAS.GOV, prevalecerá para todos os efeitos as do Edital.

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO III – Minuta de Contrato



PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ, 12 DE MAIO DE 2026, 77º Ano de sua Emancipação
Político-administrativa.

SAULO DE OLIVEIRA SOUZA

- Prefeito Municipal –



- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.893/2026

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa para atender as necessidades da Secretaria de Saúde no que se refere à aquisição de **MATERIAIS PERMANENTES e EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS.**

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os estudos que identificaram as necessidades, e, definiram a propositura do presente procedimento licitatório como solução mais viável encontram-se nos Estudos Técnicos Preliminares, cuja elaboração se deu em estrita observância ao regramento constante da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aquele inserto no art. 14 do Decreto Municipal nº 8.409/2024.

4. DA NATUREZA DOS BENS QUE SERÃO ADQUIRIDOS:

4.1. O(s) objeto(s) desta contratação **não** se caracterizam como sendo "bens de luxo", conforme Decreto Municipal nº 8.136 de 28 de setembro de 2021.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

5.1.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas sob a forma de consorcio conforme previsão constante do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o seguinte regramento:

- a.** As licitantes reunidas em consorcio deverão apresentar conjuntamente aos documentos inerentes a habilitação jurídica Declaração de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todos os consorciados.
- b.** As licitantes reunidas sob a forma de consorcio deverão apresentar documento de indicação da empresa líder, que será a administradora do consórcio e representante das consorciadas, a qual ficará a testa de todas as tratativas eventualmente realizadas com esta Administração Municipal.
- c.** Ressalvadas as comprovações relativas à Habilitação Técnica e a Habilitação Econômico-Financeira, para as quais será admitida a somatória dos quantitativos e dos indicadores apresentados por cada consorciado, na forma do art. 15, III da L.F. nº 14.133/2021, cada consorciada deverá atender individualmente às exigências de habilitação, e, a desclassificação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação do CONSÓRCIO.



5.1.2. O licitante vencedor deverá apresentar à Administração Municipal, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 5.1.1.a. deste Termo de Referência.

5.1.3. Não será permitida a participação de membro consorciado em mais de um CONSÓRCIO ou isoladamente.

5.1.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. O prazo de garantia total dos equipamentos deverá ser de no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.1.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.1.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens por meio de assistência técnica autorizada ou pelo próprio contratado, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.1.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.1.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.1.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.1.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.



6.1.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.1.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.1.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado como vigência da avença, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.2. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

6.2.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

6.3. CATÁLOGOS, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS OU "FOLDERS" DOS MATERIAIS OFERTADOS:

6.3.1. O licitante deve apresentar, junto à proposta eletrônica, catálogos, encartes, folhetos técnicos ou "folders" dos materiais ofertados, devendo conter as especificações mínimas solicitadas neste Termo de Referência, e atender aos seguintes enunciados:

I - quando o documento anexado estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;

II - havendo diversos modelos no documento anexado, o licitante deverá identificar qual a marca/o modelo que está ofertando no certame licitatório.

6.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.4.1. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato no todo ou em parte a terceiros, sob pena de rescisão do ajuste.

6.5. DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

6.5.1. Não haverá exigência de garantia para a contratação nos moldes preceituados pelo [artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:



7.1. A aquisição de equipamentos deverá ocorrer em conformidade com as seguintes especificações e quantidades:

LOTE/GRUPO 01					
ITENS DESTINADOS À AMPLA PARTICIPAÇÃO (NÃO EXCLUSIVO)					
Item	Especificação	Unid	Quant.	Valor unitário	Valor Total
1	CADEIRA- Cadeira com estofado, modelo compacto, fabricada com aço de alta qualidade, espuma injetada 34 mm, com encosto anatômico. Base confeccionada em tubo de aço de 7/8, assento e encosto: madeira compensada; assento e encosto: espuma injetada com densidade mínima de D23 a D28 para o assento de D20 a D26 para o encosto, revestimento do assento e encosto: em courvin (corvin) sintético, de alta resistência, impermeável, lavável, antialérgico e de fácil higienização; Cor: Azul Marinho. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	150	R\$ 320,52	R\$ 48.078,00
2	CADEIRA PARA OBESO- Cadeirão reforçado para obeso linha Plus Size, suporta até 250 kg, com base fixa 4 pés, encosto anatômico que ocupa toda a região lombar e das costas, espuma anatômica injetada, proporcionando mais conforto, ergonomia. O revestimento do assento e encosto em courvin (corvin) sintético, de alta resistência, impermeável, lavável, antialérgico e de fácil higienização. Peso suportado 250kg, altura total da cadeira: 96 cm, altura do Assento ao chão: 47 cm, altura do encosto: 50 cm, largura do encosto: 50 cm, largura do assento: 50 cm, profundidade do assento: 46 cm, Cor: Azul Marinho. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	16	R\$ 1.036,08	R\$16.577,28
3	MESA DE REFEITÓRIO - de 08 a 10 lugares com dois bancos separados possibilitando maior flexibilidade e praticidade, estrutura em Aço 50cm x 30cm com parede de 1,2mm e com pintura eletrostática EPÓXI pó na cor preta. Mesa: 3,00X0,80x0,77 e Assentos medidas: 3,00m X 0,30cm. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.(MONTADA)	Unid.	02	R\$ 1.152,58	R\$ 2.305,16
4	MESA PARA IMPRESSORA- Fabricado em MDP/MDF, tampo com espessura mínima de 15mm com cantos arredondados e acabamento com Perfil Ergosoft 180º em toda a extensão da	Unid.	21	R\$ 516,11	R\$ 10.838,31



	mesa. Pés em aço modelo canoa com sapatas niveladoras, pintura eletrostática epóxi. Especificações: Altura: 74 cm, Largura: 50 cm, Profundidade: 40 cm, Tampo: MDP, Acabamento: Perfil Ergosoft 180°. Cor cinza. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses. (MONTADA) .				
5	ESTANTE PARA PRONTUÁRIOS - Fabricado em aço, contém 05 prateleiras com dobra dupla em chapa 22" (0,75mm) com reforço resistente a 100kg, distribuídos por prateleira e 04 colunas L3 em chapa 16 (1,50mm), permitindo que regule as prateleiras na altura conforme sua necessidade, capacidade mínima de 100 kg distribuídos por prateleira. O acabamento em sistema de pintura eletrostática (epóxi). O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	4	R\$ 921,61	R\$ 3.686,44
6	ARMÁRIO - Armário de Aço AA90, produzido em aço chapa 26, possui 4 prateleiras, fechadura conjugada, tratamento especial da superfície e pés com sapatas plásticas protetoras, com pintura eletrostática epóxi, Altura: 1,94m, Largura: 0,90m, Profundidade: 0,40m. Prateleiras: 4 unidades (1 Fixa Central e 3 Reguláveis) Chapa: 26, Capacidade da bandeja: 30 kg. Cor Marfim. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	21	R\$ 1.407,01	R\$ 29.547,21
7	LONGARINA - Banco com 03 (três) assentos de plástico polipropileno vazado, na cor preta e estrutura em preto. Assento e encosto injetados em polipropileno de alta resistência, com furos para ventilação corporal do usuário. Estruturas em tubo de aço com acabamento em pintura epóxi. Bases em tubo de aço com pintura epóxi, revestidas por capa protetora de polipropileno em suas pontas. Acabamento com ponteiros 30x50mm de parede 1,20m, de termo plástico injetado de alta resistência. Altura mínima do assento: 490 mm. Altura mínima do encosto: 810 mm. Comprimento Total da Base 1650 mm. Capacidade suportada por cadeira de 110 kg. Cor: Preta. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	21	R\$ 997,47	R\$ 20.946,87
8	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE - Cadeira ergonômica, reclinável, de estrutura em tubos de aço com acabamento em pintura epóxi com encosto e assento estofados, contendo apoio de braços regulável e estofadas. Altura do	Unid.	12	R\$ 862,61	R\$ 10.351,32



	assento: entre 45 e 55 cm, Largura mínima do assento: 45 cm, Profundidade mínima do assento: 45 cm, capacidade de carga mínima: 150 kg. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
09	MESA PARA COMPUTADOR - Fabricado em MDP/MDF espessura mínima 15 mm, tampos com cantos arredondados e acabamento uniforme e resistente a riscos e abrasão em toda a extensão da mesa. Pés em aço modelo canoa com sapatas niveladoras, pintura eletrostática epóxi. Especificações: Altura: 74 cm, Largura: 120 cm, Profundidade: 60 cm, com passagem para cabos, 01 ou 02 gavetas, Cor Cinza. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.(MONTADA)	Unid.	45	R\$ 583,23	R\$ 26.245,35
10	MESA DE REUNIÃO - Mesa de reunião retangular, fixa, de uso coletivo, fabricado em MDP/MDF, tampo espessura mínima 25mm com cantos arredondados e acabamento uniforme e resistente a riscos e abrasão em toda a extensão da mesa. Pés em aço com regulagem de altura, pintura eletrostática epóxi. Especificações: Altura: 74 cm, Largura: 110 cm, Comprimento: 240 cm, Cor Cinza. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.(MONTADA)	Unid.	04	R\$ 1.770,00	R\$ 7.080,00
11	MACA DIVÃ - Maca tipo divã destinada a atendimento clínico, ambulatorial, hospitalar ou de enfermagem, para exames, avaliações e procedimentos não cirúrgicos. Estrutura: Estrutura confeccionada em aço carbono tubular, com espessura mínima de 1,2 mm; Tratamento anticorrosivo por fosfatização, galvanização ou similar; Pintura eletrostática a pó, com acabamento uniforme, resistente a impactos, riscos e oxidação; Estrutura estável, sem cantos vivos, rebarbas ou soldas aparentes que comprometam a segurança do usuário. Leito: Leito confeccionado em madeira compensada multilaminada, MDF de alta resistência ou material equivalente; Estofamento em espuma de poliuretano, densidade mínima D28 (ou superior); Revestimento em courvin (corvin) sintético hospitalar, impermeável, lavável, resistente a produtos de limpeza e desinfecção, antialérgico e de fácil higienização; Acabamento com costuras reforçadas ou solda eletrônica, garantindo vedação adequada. Cabeceira: Cabeceira regulável manualmente, com no	Unid.	13	R\$ 1.314,99	R\$ 17.094,87



	<p>mínimo 3 posições (quando aplicável); Sistema de regulagem seguro, resistente e de fácil manuseio; Possibilidade de uso na posição totalmente horizontal. Dimensões aproximadas: Comprimento total: mínimo 180 cm; Largura do leito: mínimo 60 cm; Altura do leito ao piso: aproximadamente 80 cm (\pm 5%); Variações dimensionais aceitáveis conforme tolerância de fabricação. Pés / Base: Base com 4 pés fixos; Sapatas niveladoras ou antiderrapantes em PVC, borracha ou material similar; Estrutura que garanta estabilidade durante o uso. Capacidade de carga: Suporte mínimo de 150 kg, distribuídos uniformemente. Acessórios: Suporte para rolo de papel descartável, confeccionado em aço ou material resistente; Ponteiras de acabamento em material plástico de alta resistência. Ergonomia e segurança: Produto projetado para proporcionar conforto ao paciente e segurança ao profissional; Superfícies lisas, de fácil limpeza e desinfecção; Atender às normas técnicas da ABNT e demais regulamentações vigentes aplicáveis a mobiliário hospitalar e ambulatorial. Cor: Revestimento em cor Azul Marinho, conforme definição do órgão contratante; Estrutura na cor branca. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.(MONTADA)</p>				
12	<p>ARMÁRIO VITRINE - Armário tipo vitrine destinado à exposição, armazenamento e proteção de objetos, documentos, materiais diversos, permitindo visualização externa, com estrutura resistente e acabamento adequado ao uso. Estrutura confeccionada em: Aço carbono tratado com pintura eletrostática, com revestimento melamínico, Espessura mínima da estrutura: chapa de aço compatível com uso institucional, Acabamento resistente à umidade, riscos e desgaste. Portas: Portas frontais em vidro transparente, Tipo de vidro: Vidro temperado ou laminado, Espessura mínima do vidro: 4 mm, dobradiças metálicas de alta resistência, Prateleiras internas em: Vidro temperado, Quantidade mínima: 3 (três) prateleiras, Prateleiras com regulagem de altura, Capacidade de carga compatível com o uso proposto. Dimensões (Referenciais): Altura mínima: 160 cm Largura mínima: 80 cm, Profundidade mínima: 35 cm. Sistema de fechamento com chave, bordas do vidro lapidadas ou com acabamento de segurança, estabilidade garantida, com base</p>	Unid.	03	R\$ 1.270,20	R\$ 3.810,60



	niveladora ou sistema anti-tombo. Cor: branco. Acabamento uniforme, sem rebarbas, lascas ou imperfeições. O móvel deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.(MONTADO)				
VALOR TOTAL LOTE 01: R\$ 196.561,41					

LOTE/GRUPO 02					
ITENS DESTINADOS À AMPLA PARTICIPAÇÃO (NÃO EXCLUSIVO)					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
13	TELA DE PROJEÇÃO Tela de Projeção Retrátil Elétrica – 120' Polegadas - Controle Remoto - Betec BT4575 – Telão, com sistema elétrico para descer e subir a tela, possui controle remoto com fio e sem fio, instalação na parede ou pendurada no teto. Formato: 4:3 (120") e 16:9 (110"), Cor das bordas: Preta, Cor do produto: Branca, Cor da área de projeção: Branca, Tecido: Matte White (verso preto), Voltagem: 110V. Consumo (em funcionamento): 25W (poderá utilizar um conversor simples para 220V), Medidas da área de projeção: 240 (C) x 180 (A) cm, Medidas do produto: 265 (C) x 8,3 (A) x 6,7 (L) cm, Medidas da caixa: 270 (C) x 12 (A) x 13 (L) cm. Peso do produto: 8.9 Kg, Peso da embalagem: 10.5 Kgs, garantia: 1 ano, Modelo: BT4575. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	03	R\$ 725,74	R\$ 2.177,22
14	PROJETOR MULTIMIDIA (DATASHOW) O Projetor 3800 4K PRO-UHD, 3LCD de 3 chips, processador de vídeo digital de 12 bits, (HDR), brilho de 3.000 lumens em cores e em branco. Modo de projeção: Frontal/ retroprojeção/ parede, suporte para conteúdos 4K HDR ² de 60Hz e HDMI 2.0 com 18 Gpbs, alto-falantes integrados de 10W e conectividade sem fio para saída de áudio para sistemas de som externos, 4K Pro-UHD, Tecnologia 3LCD. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	03	R\$ 2.324,17	R\$ 6.972,51
15	TELEVISOR Televisor de 50" Polegadas, Resolução 4K, Tipo de Painel: VA Tecnologia Led, Características: HDR Frequência 60Hz, Sistema Operacional Google TV, Conectividade Bluetooth, Wi-Fi, Chromecast Integrado Conexões 1 Porta LAN, 3 HDMI (2.1), 1 USB (2.0), 1 Entrada AV (Áudio &	Unid.	06	R\$ 2.198,15	R\$ 13.188,90



	Vídeo), 1 Entrada RF para antena/cabo, 1 Áudio digital (ótica), 1 Saída p/ fone de ouvido, Processador AIPQ Gen 2. Controle Remoto: Sim Assistente Virtual Google Assistente Recursos. Reconhecimento de voz no controle remoto através do Google Assistant em português Resolução da Tela 3840x2160, Formato da Tela 16:09, Ângulo de Visão 176°, Potência dos Alto-falantes 19W. Distância Recomendada de Visualização 1,5m Aplicativos Pré-instalados Youtube, Netflix, GloboPlay, Google Play, Disney+, Directv GO, Prime Vídeo, Apple TV - Os aplicativos são passíveis de alteração pelo fornecedor sem aviso prévio Itens Inclusos Base, Controle remoto Voltagem: Bivolt, Consumo Aproximado de Energia: 110W. Atenção: A exposição ao ruído na potência acima de 85 decibéis pode causar danos ao sistema auditivo. Cor da Base, Preto Cor da Borda: Preto, Padrão de Furação Vesa 200x200, Ano 2022. Dimensões do Produto Largura: 111,2cm Altura: 64,5cm Profundidade: 8,1cm. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
16	CÂMERA DE VIDEOCONFERÊNCIA Câmera de videoconferência destinada à realização de reuniões virtuais, audiências, treinamentos e sessões administrativas, com qualidade profissional de imagem e compatibilidade com as principais plataformas de videoconferência do mercado. Requisitos Mínimos de Hardware: Tipo: Câmera de videoconferência PTZ (Pan-Tilt-Zoom) ou fixa com enquadramento automático, Sensor de imagem: CMOS ou superior, Resolução de vídeo: Mínima: Full HD (1920 x 1080), Suporte preferencial a 4K (3840 x 2160), Taxa de quadros: mínimo de 30 fps em Full HD, Campo de visão (FOV): Horizontal mínimo de 90° Zoom: Óptico mínimo de 10x Zoom digital adicional permitido, Foco: automático, Balanço de branco: automático e manual, correção de luminosidade: ajuste automático para ambientes com baixa ou alta iluminação Funcionalidades: Com microfone direcional embutido. Enquadramento automático de participantes, Rastreamento de pessoas (quando aplicável), Presets de posição de câmera (mínimo de 5 posições), Redução de ruído de imagem, Compensação de luz de fundo, Indicador luminoso de câmera ativa, Conectividade e Interfaces: Interface de vídeo: USB 2.0 ou superior (USB 3.0 preferencial), Compatibilidade plug-and-play (sem	Unid.	02	R\$ 1.611,69	R\$ 3.223,38



	necessidade de drivers proprietários). Protocolos suportados: UVC/UAC, Controle: Controle remoto incluso ou controle via software Opções adicionais (desejável): HDMI - IP (RTSP/ONVIF) Compatibilidade de Software: Compatível com os principais sistemas operacionais: Windows 10 ou superior, macOS, Linux, compatível com plataformas de videoconferência, incluindo: Microsoft Teams, Zoom, Google Meet, Cisco Webex, outras plataformas baseadas em padrão USB/UVC, Instalação e Montagem: Possibilidade de instalação sobre monitor, mesa ou parede, Suporte de fixação incluso, Alimentação via USB ou fonte externa bivolt automática (100–240V). O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
17	MICROFONE Microfone para computador destinado à captação de áudio em reuniões virtuais, videoconferências, gravações institucionais, aulas on-line e demais aplicações administrativas, garantindo clareza, inteligibilidade e baixa interferência sonora. Tipo: Microfone de mesa, Tecnologia de captação: Condensador ou eletreto, Padrão polar: Omnidirecional ou Cardioide (preferencial, para redução de ruídos ambientais), Resposta de frequência: mínimo de 50 Hz a 16 kHz, Sensibilidade: adequada para captação de voz humana sem distorções. Relação sinal/ruído: mínima de 60 dB, Redução de ruído: integrada ou via processamento digital Conectividade: Interface: USB (plug-and-play) ou Conector P2 (3,5 mm) compatível com entrada de microfone de computador Compatibilidade: padrão UAC (USB Audio Class), sem necessidade de drivers proprietários. Comprimento do cabo: mínimo de 1,5 metro Funcionalidades, Botão físico de liga/desliga (mute), quando aplicável, Indicador luminoso de funcionamento, Base estável antiderrapante (para microfone de mesa), Haste flexível ou ajuste de posicionamento (quando aplicável) Compatibilidade de Software, compatível com os principais sistemas operacionais: Windows 10 ou superior macOS, Linux, Compatível com plataformas de comunicação e gravação de áudio, incluindo: Microsoft Teams, Zoom, Google Meet, Cisco Webex. Softwares padrão de gravação de áudio.	Unid.	02	R\$ 227,87	R\$ 455,74



	Construção robusta, adequada ao uso contínuo, Material resistente, Design funcional, cor: preto ou cinza. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
18	CAIXA DE SOM APLICADA Caixa de som amplificada destinada à reprodução e amplificação de áudio em ambientes internos e externos, para uso em eventos institucionais, reuniões, palestras, treinamentos, apresentações e demais atividades administrativas, com qualidade sonora adequada e operação simples. Sistema de Áudio. Tipo: Caixa de som ativa (amplificada), Sistema: 2 vias (woofer + tweeter) ou superior, Potência mínima: RMS: mínimo de 80 W RMS. Resposta de frequência: mínimo de 50 Hz a 20 kHz. Impedância: compatível com amplificador interno. Nível de pressão sonora (SPL): adequado para ambientes de médio porte. Alto-falantes: Woofer: mínimo de 10 polegadas, Tweeter: mínimo de 1 polegada, Construção robusta, adequada para uso contínuo. Entradas mínimas: Entrada para microfone (P10 ou XLR), Entrada auxiliar (P2 3,5 mm ou RCA), Entrada USB para reprodução de áudio, Conectividade sem fio: Bluetooth integrado, com alcance mínimo de 10 metros, Saída de áudio para conexão com outra caixa (link ou line out), quando aplicável. Controles independentes de volume, Ajustes de graves e agudos (equalização), Botão liga/desliga, Indicadores luminosos de funcionamento, Player de mídia integrado (quando aplicável). Alimentação elétrica: bivolt automático (100–240 V), Consumo compatível com normas de eficiência energética. Gabinete em formato quadrangular e material resistente (plástico ABS reforçado, madeira ou similar), Tela de proteção metálica frontal, Alça para transporte, Encaixe para pedestal (tripé), quando aplicável, Acabamento resistente a impactos leves. Cor: Preto ou Cinza. Dimensões compatíveis com uso móvel e institucional, Peso adequado para transporte manual. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	02	R\$ 1.099,26	R\$ 2.198,52
19	LOUSA INTERATIVA Lousa interativa digital, destinada ao uso educacional ou corporativo, permitindo interação direta do usuário por toque ou caneta digital, integrada a computador e projetor ou com display próprio, para apresentações, aulas e reuniões. Características Mínimas. Tipo: Lousa	Unid.	02	R\$ 5.339,47	R\$ 10.678,94



	<p>interativa digital, sensível ao toque, tecnologia de toque: Infravermelho, eletromagnética, capacitiva ou tecnologia equivalente, Área ativa mínima: 78 polegadas (medida diagonal), Formato de tela: Widescreen 16:9 ou superior Resolução suportada: Full HD (1920 x 1080) ou superior, Número de toques simultâneos: Mínimo de 10 toques, Tempo de resposta: ≤ 10 ms, Superfície: Antirreflexiva, resistente a riscos e adequada para uso contínuo. Interatividade, permitir escrita, desenho, apagamento e manipulação de objetos diretamente na superfície, suporte ao uso de dedos, caneta digital ou ambos, Reconhecimento automático de ferramentas (escrever/apagar), quando aplicável. Conectividade e Interfaces, Entradas mínimas: USB para comunicação com computador HDMI ou VGA para vídeo. Compatibilidade: Sistemas operacionais Windows, Linux e/ou macOS, Plug and Play: Não exigir instalação complexa para funcionamento básico. Software, acompanhar software de interação incluso, em português, com as seguintes funções mínimas: Escrita e desenho, Inserção de imagens, textos e formas, Gravação de aulas ou apresentações, Exportação de conteúdo (PDF, imagem ou formatos equivalentes), Licença definitiva ou por tempo indeterminado, sem custos adicionais. Instalação e Acessórios, acompanhar suportes para fixação em parede ou estrutura móvel, Cabos necessários para pleno funcionamento, Manual de instalação e uso em português. Alimentação e Consumo, Alimentação elétrica compatível com o padrão brasileiro (110/220V – bivolt automático), Baixo consumo de energia, conforme normas vigentes. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.</p>				
20	<p>NO BREAK Destinado à proteção de equipamentos eletrônicos contra interrupções, variações e distúrbios na rede elétrica, garantindo alimentação contínua e segura; Tecnologia: Interativo com regulação automática de tensão (Line Interactive) ou superior, com potência nominal de 1,2 kva; potência real mínima de 600w; tensão entrada Bivolt automática (115/127/220volts); tensão de saída 115V; alarmes audiovisual; bateria interna selada, chumbo-ácida, livre de manutenção; autonomia compatível com a potência nominal, garantindo tempo suficiente para desligamento seguro dos</p>	Unid.	20	R\$ 1.067,67	R\$ 21.353,40



	equipamentos; possuir no mínimo 04 tomadas de saída padrão brasileiro. Atender às normas ABNT aplicáveis, Certificação INMETRO. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
21	IMPRESSORA LASER (COMUM) Destinada a uso administrativo, para impressão de documentos em papel comum, com desempenho adequado para ambientes de trabalho de pequeno e médio porte. Tecnologia de Impressão: Laser monocromática, Método de impressão: eletrofotográfico. Resolução mínima de impressão: 1.200 x 1.200 dpi. Velocidade de Impressão. Velocidade mínima: 30 (trinta) páginas por minuto (ppm) em papel A4. Tempo de Aquecimento: Primeira página impressa em até 8 (oito) segundos. Processador interno compatível com a velocidade de impressão. Memória mínima: 128 MB, expansível ou não. Capacidade de Papel: Bandeja de entrada mínima: 250 folhas (papel A4). Bandeja de saída mínima: 100 folhas. Suporte aos seguintes tamanhos de papel: A4, A5, A6, Carta e Ofício. Tipos de Papel: Papel comum, Papel reciclado, Papel timbrado, Envelopes, Etiquetas (compatíveis com tecnologia laser). Ciclo de Trabalho mensal mínimo: 20.000 páginas. Interface padrão: USB 2.0 ou superior, Interface de rede: Ethernet 10/100 Mbps (opcional, conforme necessidade do órgão). Compatível com: Windows 10 e Windows 11, Linux, Drivers disponíveis em português ou inglês. Toner e Suprimentos: Utilizar toner original do fabricante, rendimento mínimo do toner inicial: 1.500 páginas, permitir uso de toner de alto rendimento (opcional). Recursos Adicionais, Impressão frente e verso manual ou automática (desejável). Modo de economia de energia. Pannel de controle com visor ou LEDs indicadores. Energia: Tensão de alimentação: 110/127 V ou bivolt automático, Frequência: 60 Hz. Atender às normas ABNT aplicáveis. Certificação INMETRO, conformidade com normas de eficiência energética. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	25	R\$ 2.946,66	R\$ 73.666,50
22	TABLET Tablet destinado ao uso institucional/administrativo, para atividades como acesso a sistemas informatizados, aplicativos corporativos, coleta de dados, consultas, navegação na internet e uso	Unid.	02	R\$ 2.939,25	R\$ 5.878,50



	<p>multimídia básico. Tela sensível ao toque (touchscreen), Tamanho mínimo: 10 polegadas, Tecnologia: IPS, LCD ou superior, Resolução mínima: 1280 x 800 pixels, Brilho e nitidez adequados para uso interno. Processador com arquitetura ARM ou equivalente, Mínimo de 4 núcleos (quad-core), Frequência mínima: 1,8 GHz ou superior. Memória RAM mínima: 4 GB, Armazenamento interno mínimo: 64 GB, Suporte a expansão por cartão microSD (mínimo 128 GB) ou armazenamento equivalente. Sistema operacional Android, versão atual ou anterior imediatamente suportada, permitir atualização de segurança, Interface em língua portuguesa. Conectividade Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n/ac, Bluetooth versão 5.0 ou superior, Porta USB tipo C ou micro USB, GPS integrado. Câmera traseira mínima: 8 MP, Câmera frontal mínima: 5 MP, Recursos básicos de captura de imagem e vídeo. Áudio: Alto-falante integrado, Microfone embutido, entrada para fone de ouvido ou via adaptador USB-C. Bateria recarregável de íons de lítio, capacidade mínima: 5.000 mAh, autonomia mínima de 8 horas de uso moderado. Sensores: Acelerômetro, Sensor de orientação de tela. Estrutura resistente, acabamento durável, peso e dimensões compatíveis com uso portátil. Alimentação, carregamento via USB, carregador bivolt automático (100–240 V). Certificações e Conformidades: Produto homologado pela ANATEL, atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis. Equipamento novo, sem uso anterior. Garantia mínima de 12 meses, Assistência técnica autorizada no território nacional. Itens Inclusos: Tablet, Carregador e cabo, Manual do usuário em português.</p>				
23	<p>SMARTPHONES - Aquisição para atender às necessidades administrativas e operacionais da secretaria municipal de Saúde. Requisitos Técnicos Mínimos: Processador. Processador octa-core ou superior, Frequência mínima: 2.0 GHz, Arquitetura 64 bits, Tecnologia de fabricação de até 8 nm ou superior, Sistema Operacional: Sistema operacional Android versão 13 ou superior, nativo de fábrica, Certificação oficial do fabricante do sistema, Possibilidade de atualização OTA (Over The Air). Memória: Memória RAM mínima: 6 GB, Armazenamento interno mínimo: 128 GB, Suporte a cartão microSD (mínimo 512 GB) ou armazenamento interno superior a 128 GB. Tela mínima de 6,4 polegadas. Resolução mínima:</p>	Unid.	20	R\$ 1.527,33	R\$ 30.546,60



	Full HD+ (1080 x 2400 pixels ou superior). Tecnologia IPS, AMOLED ou superior. Tela capacitiva multitouch. Conectividade, 4G LTE ou superior (preferencialmente compatível com 5G), Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n/ac ou superior, Bluetooth 5.0 ou superior, GPS integrado com suporte a A-GPS, Porta USB tipo C, Dual SIM. Câmera traseira principal mínima de 48 MP ou superior, Câmera frontal mínima de 8 MP, Gravação de vídeo em Full HD (1080p) ou superior. Bateria: Capacidade mínima de 4.500 mAh, Carregamento rápido (mínimo 15W), Bateria interna recarregável. Segurança: Sensor biométrico (impressão digital e/ou reconhecimento facial), Suporte a criptografia de dados. Dimensões e Peso: Peso máximo aproximado: 220g. Homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Produto em conformidade com normas brasileiras vigentes. Acessórios Inclusos: Carregador compatível, Cabo USB, Ferramenta para remoção de chip, Manual do usuário em português. Garantia: Garantia mínima de 12 (doze) meses, Assistência técnica autorizada no território nacional. Produto novo, lacrado, sem uso anterior. Não serão aceitos aparelhos recondicionados, todos os equipamentos deverão ser entregues com nota fiscal.				
VALOR TOTAL LOTE 02: R\$ 170.340,21					

LOTE/GRUPO 03					
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor Total
24	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO Bebedouro/Purificador refrigerado de coluna adaptável a qualquer ambiente sem precisar de apoio e ponto de água, oferecendo água natural ou gelada, acomodação de garrafas de 10L e 20L. Gabinete aço inox, totalmente desmontável, reservatório de água com serpentina externa, 02 (duas) torneiras de grande vazão, totalmente desmontáveis. Termostato regulável fixado na parte traseira, Pingadeira removível, Bandeja Removível. Cor Cinza. Potência: 105 w, Voltagem: 127 V. Dimensões do Produto: Altura: 98 cm, Largura: 31,6 cm, Profundidade: 33,3 cm. Segurança e qualidade garantidas pelo Inmetro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou	Unid.	10	R\$ 1.134,59	R\$11.345,90



	recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
25	GELADEIRA/ REFRIGERADOR Uma porta, 260L a 299L, Cor Branca, 110v ou BIVOLT. Com no mínimo 3 prateleiras. Rotulagem contendo, Selo PROCEL A, com classificação do Inmetro, nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	03	R\$ 2.286,00	R\$ 6.858,00
26	AR-CONDICIONADO 12.000 BTUs Tipo: Split hi-wall - Capacidade de refrigeração: mínima de 12.000 BTUs/h - Ciclo: Quente/Frio, Tecnologia: Inverter, Tensão elétrica: 220 V, monofásico, Frequência: 60 Hz, Eficiência energética: Classificação mínima "A" no INMETRO/ENCE, fluido refrigerante: R-410A ou R-32, ecológico, livre de CFC, Controle: Remoto sem fio, com display. Nível de ruído: compatível com normas técnicas vigentes. Funções mínimas: Refrigeração, Desumidificação, Ventilação, Timer, Reinício automático, Filtro de ar: Lavável e de fácil manutenção. Serpentina: Cobre. Certificações obrigatórias: INMETRO, Selo Procel de Eficiência Energética. Acessórios inclusos: Unidade interna, Unidade externa, Controle remoto, manual em português. Instalação: Não inclusa. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses para o equipamento e 5 anos para o compressor (ou conforme política do fabricante).	Unid.	30	R\$ 3.515,33	R\$ 105.459,90
27	FORNO DE MICRO-ONDAS Capacidade interna: mínima de 26 litros, potência de saída: mínima de 1400 W, tensão elétrica: 127 V, Frequência: 60 Hz. Consumo de energia: compatível com normas vigentes, prato giratório: Sim, removível. Controle: Eletrônico ou digital. Display: Digital. Funções mínimas: Aquecimento, descongelamento, Programas automáticos, Tecla início/pausa, Timer: Sim. Porta: Com visor transparente e trava de segurança. Iluminação interna: Sim, Material interno: Aço pintado ou inox, Acabamento externo: Compatível com uso institucional. Sistema de segurança: Trava de porta, Desligamento automático ao abrir a porta. Certificações obrigatórias: INMETRO. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	05	R\$ 689,67	R\$ 3.448,35
28	VENTILADOR DE PAREDE	Unid.	05	R\$ 228,91	R\$ 1.144,55



	Equipamento utilizado para proporcionar a circulação de ar no ambiente, promovendo maior conforto térmico. Tipo: Ventilador de parede, Diâmetro da hélice: mínimo de 50 cm (20 polegadas), Número de pás: mínimo de 3 pás. Potência: mínima de 130 W. Tensão elétrica: 127 V. Frequência: 60 Hz. Velocidades: mínimo de 3 níveis. Rotação: Alto desempenho, adequado para ambientes amplos. Oscilação horizontal: Automática, Inclinação vertical: Regulável. Grade de proteção: Metálica, conforme normas de segurança. Material da hélice: Plástico resistente ou metal. Fixação: Sistema próprio para instalação em parede, com suporte reforçado. Nível de ruído: Compatível com uso contínuo em ambientes coletivos. Consumo de energia: Compatível com padrões de eficiência energética. Certificações obrigatórias: INMETRO. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
VALOR TOTAL LOTE 03: R\$128.256,70					

LOTE/GRUPO 04					
ITENS DESTINADOS À AMPLA PARTICIPAÇÃO (NÃO EXCLUSIVO)					
Item	Especificação	Unid	Quant.	Valor unitário	Valor Total
29	CARRO DE CURATIVOS Carro de Curativo em Aço Inox Com Balde e Bacia, Estrutura tubular em aço inox; Tampo e prateleira confeccionado em chapa de aço inox; Extremidades das prateleiras com acabamento sem arestas cortantes; Varanda (guarnição) em aço carbono em volta das prateleiras. Suporte de balde e bacia em aço inox. Acompanha balde em aço inox com tampa, capacidade de 10 litros e 20 cm de diâmetro. Acompanha bacia em aço inox de 30 cm de diâmetro. Pés com rodízios giratórios de 50 mm (2") de diâmetro. Peso máximo suportado por prateleira distribuídos 20 Kg. Dimensões: Largura: 0,40 m x Altura: 0,88 m x Profundidade: 1,10 m. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	01	R\$ 791,65	R\$ 791,65
30	BIOMBO BIOMBO, Aplicação: uso hospitalar, Tipo: triplo, Material: em tubo de aço esmaltado, Apresentação: faces em forte tecido, pés com	Unid.	01	R\$ 517,64	R\$ 517,64



	rodízios, Dimensões: altura 1,65 m; largura aberto 1,85 m; largura fechado 0,66 m. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
31	MESA AUXILIAR Estrutura em tubo redondo de aço inox AISI 304; Tampo e prateleira em chapa de aço inox; Pés com rodízios giratórios com trava (mínimo de 2 com freio) em material termoplástico. Comprimento mínimo: 60 cm, Largura mínima: 40 cm, Altura mínima: 80 cm. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	01	R\$ 549,86	R\$ 549,86
32	CARRO MACA SIMPLES Tipo: Carro maca simples, sem sistema hidráulico, Estrutura: Aço carbono, aço inoxidável ou material equivalente, com tratamento anticorrosivo, Leito: Fixo, Capacidade de carga mínima: 150 kg Superfície do leito: Chapa metálica, material sintético ou equivalente, resistente e de fácil limpeza. Colchão: Espuma de densidade adequada, revestido em material impermeável, lavável e resistente, Espessura mínima: 5 cm, Dimensões (aproximadas), Comprimento mínimo: 180 cm, Largura mínima: 55 cm, Altura fixa: Entre 75 e 90 cm (Admitidas variações desde que mantida a funcionalidade.) Grades Laterais, Duas grades laterais fixas ou rebatíveis, Material resistente, com sistema seguro de travamento. Rodízios: Mínimo de 4 rodízios giratórios, Diâmetro mínimo de 4 polegadas, pelo menos 2 rodízios com sistema de freio. Bordas arredondadas, sem rebarbas. Estrutura estável, evitando tombamento. Projeto que facilite a limpeza e desinfecção. Acessórios inclusos: Suporte para soro, Colchão conforme especificado. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	01	R\$ 2.328,54	R\$ 2.328,54
33	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA (ADULTO) Balança eletrônica digital adulta com régua antropométrica acoplada visor em LCD digital com capacidade para 200 kg com divisões de pelo menos 100g pesagem imediata dispensando preaquecimento. Acabamento em tinta eletrostática. Tapete/Piso em borracha antiderrapante. Pés reguláveis em borracha sintética e com seletor de voltagem de 110 e 220 v. Aferido pelo INMETRO. Acompanha manual de instrução de uso em idioma português. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia	Unid.	02	R\$ 1.440,92	R\$ 2.881,84



	mínima do Fabricante: 12 meses.				
34	ESCADA (02 DEGRAUS) Escada hospitalar de dois degraus, destinada a auxiliar pacientes no acesso a leitos, macas e mesas de exame, indicada para uso em hospitais, clínicas, ambulatórios e unidades de saúde. Confeccionada em aço carbono, aço inoxidável ou material equivalente de alta resistência. Degraus: Superfície antiderrapante, Material em chapa metálica com revestimento emborrachado, PVC ou borracha antiderrapante, Bordas arredondadas para maior segurança. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	20	R\$ 220,37	R\$ 4.407,40
35	BANQUETA Banqueta em aço inoxidável, banco pequeno sem encosto, assento giratório, com regulagem de altura. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	02	R\$ 436,11	R\$ 872,22
36	ESCADA (07 DEGRAUS) Escada uso geral de sete degraus, dobrável, suportando no mínimo 120kg de carga, destinada a auxiliar em tarefas que exigem altura, oferecendo segurança, estabilidade e praticidade. Confeccionada em aço carbono, aço inoxidável ou material equivalente de alta resistência. Degraus: Superfície antiderrapante, Material em chapa metálica com revestimento emborrachado, PVC ou borracha antiderrapante, Bordas arredondadas para maior segurança. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	02	R\$ 312,74	R\$ 625,48
37	SUPORTE DE SORO Suporte de soro destinado ao uso hospitalar, para acondicionamento e sustentação de frascos ou bolsas de soluções intravenosas, conforme normas técnicas e exigências sanitárias vigentes. Tipo: Suporte de soro móvel, uso hospitalar/clínico, mínimo de 2 a 4 ganchos para frascos/bolsas, estrutura resistente, estável e de fácil higienização, em aço inoxidável (AISI 304 ou equivalente) ou aço carbono com pintura eletrostática, ganchos em aço inox ou material equivalente, sem rebarbas acabamento liso, resistente à corrosão e a produtos de limpeza hospitalar. Dimensões e ajustes: Altura ajustável, com variação mínima aproximada de 1,20 m a 2,20 m, sistema de regulagem por rosca ou trava segura, base com	Unid.	05	R\$ 286,10	R\$ 1.430,50



	diâmetro ou largura suficiente para garantir estabilidade. Base com mínimo de 4 rodízios, sendo pelo menos 2 com trava, rodízios giratórios, silenciosos e resistentes, estabilidade garantida mesmo com carga máxima, ausência de cantos vivos, rebarbas ou riscos ao usuário fácil manuseio por profissionais de saúde, suporte capaz de sustentar o peso total das bolsas/frascos sem deformação. Atender às normas da ANVISA. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
38	BRAÇADEIRA PARA INJEÇÃO Destinada à compressão temporária do membro superior para facilitar procedimentos de punção venosa e administração de medicamentos, conforme normas técnicas e sanitárias vigentes. Tipo: Braçadeira para uso hospitalar/clínico, Punção venosa e procedimentos de injeção. Uso: Adulto, Reutilizável, de fácil aplicação e remoção. Confeccionada em material elástico resistente, látex ou material sintético equivalente, livre de rebarbas, fissuras ou imperfeições, material confortável ao contato com a pele, resistente a sucessivos ciclos de uso, fechamento por fivela, trava plástica ou velcro de alta resistência, ajuste rápido e seguro, permitindo controle da compressão, sistema que evite soltura acidental durante o uso, comprimento suficiente para ajuste em diferentes biótipos, largura adequada para promover compressão uniforme sem causar desconforto excessivo. Higienização e segurança Fácil higienização com produtos hospitalares usuais. Não tóxica e adequada ao uso em ambiente assistencial, superfície lisa, sem cantos vivos ou partes cortantes. Atender às exigências da ANVISA. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	05	R\$ 172,51	R\$ 862,55
39	BALDE A PEDAL Lixeira de Plástico 50L c/Pedal + Haste + AroModeloLAR 50L c/Pedal Largura 30mm, Comprimento 440mm, Altura 720mm, Peso 3,689Kg, Capacidade 50 Litros, Material PEAD (Polietileno de Alta Densidade) ou PP (Polipropileno), Cor Cinza. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.	Unid.	15	R\$ 301,32	R\$ 4.519,80
40	BALDE / LIXEIRA Balde/Lixeira destinada ao acondicionamento de resíduos comuns, adequada para uso em ambientes internos e/ou externos, conforme	Unid.	30	R\$ 104,34	R\$ 3.130,20



	demanda da unidade requisitante. Capacidade: mínimo de 20 Litros. Material: polipropileno, rígido de alta resistência, corpo reforçado, resistente a impactos, rachaduras e deformações, superfície lisa, facilitando higienização e limpeza. Bordas: arredondadas, sem rebarbas ou cantos cortantes, sem tampa, cor: cinza, adequada para uso com saco plástico da capacidade correspondente, suporte a uso contínuo e condições normais de limpeza. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
41	CARRINHO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR Carrinho móvel, de uso hospitalar, confeccionado em material resistente, de fácil higienização, dotado de gavetas, acessórios e dispositivos que permitam o atendimento imediato em situações de emergência clínica. Características Técnicas Mínimas: Estrutura fabricada em aço, alumínio ou polímero (ABS) de alta resistência, adequado ao ambiente hospitalar, acabamento em superfícies lisas, não porosas, resistentes a produtos de limpeza e desinfecção hospitalar, dimensões: Largura entre 700 e 900 mm; profundidade entre 450 e 550 mm; altura entre 900 e 1.000 mm, tampo superior superfície plana com bordas elevadas ou trilhos de proteção, mínimo de 05 (cinco) gavetas, com divisórias internas ajustáveis, identificação Gavetas com porta-etiquetas ou identificação visual, sistema de fechamento centralizado ou individual, compatível com lacre inviolável, Capacidade de carga suporte mínimo de 150 kg de carga distribuída, mobilidade 04 (quatro) rodízios giratórios, sendo no mínimo 02 (dois) com freio, rodízios material silencioso, resistente e adequado a piso hospitalar. Acessórios Obrigatórios: O carrinho deverá ser fornecido com os seguintes acessórios mínimos, compatíveis e integrados à estrutura: suporte para desfibrilador/monitor, plataforma ou prateleira resistente, fixada ao carrinho, suporte para soro, haste metálica, regulável suporte para cilindro de oxigênio compatível com cilindro padrão hospitalar, prancha para RCP Prancha rígida, removível ou acoplada, suporte para descarte, porta coletor para materiais perfurocortantes, cestos laterais para resíduos ou materiais de uso rápido, ganchos laterais para cabos, mangueiras ou acessórios diversos. Segurança e Ergonomia: cantos arredondados, sem rebarbas ou superfícies cortantes; estabilidade adequada	Unid.	02	R\$ 3.409,33	R\$ 6.818,66



	para transporte com carga total; abertura suave das gavetas, sem risco de travamento; sistema que permita rápida identificação e acesso aos materiais. O equipamento deverá ser entregue novo, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento; acompanhar manual de uso e manutenção em língua portuguesa; o produto deverá estar montado e pronto para uso no ato da entrega. Garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação; O fornecedor deverá assegurar assistência técnica e reposição de peças durante o período de garantia.				
42	CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR BIFÁSICO COM MONITOR MULTIPARAMÉTRICO Cardioversor/Desfibrilador Bifásico portátil, microprocessado, destinado ao atendimento de urgência e emergência, para uso hospitalar e/ou pré-hospitalar. Desfibrilação e Cardioversão, Equipamento portátil, compacto e microprocessado. Tecnologia de onda bifásica com compensação automática de impedância do paciente. Energia selecionável no mínimo de 1 a 200 Joules (ou superior). Modo manual, sincronizado (cardioversão) e DEA (Desfibrilador Externo Automático). Tempo máximo de carga até 200 J: ≤ 7 segundos. Pás externas adulto e pediátrica (com seletor de energia ou pás pediátricas dedicadas). Possibilidade de uso com pás adesivas descartáveis. Comando de carga e disparo nas pás e no painel frontal. Indicação visual e/ou sonora de carga pronta. Monitor em tela LCD ou TFT colorida, mínimo 6 polegadas. Exibição simultânea de no mínimo 2 curvas. Monitorização mínima obrigatória: ECG (3 ou 5 derivações), Frequência cardíaca SpO ₂ (oximetria de pulso), Pressão arterial não invasiva (PNI) Faixa de medição: FC: 30 a 300 bpm ou superior SpO ₂ : 0 a 100%, PNI: adulto, pediátrico e neonatal, alarmes audiovisuais configuráveis para todos os parâmetros monitorados. Análise automática de arritmias (no mínimo FV e TV). Marcapasso Externo (quando aplicável), Marcapasso externo transcutâneo não invasivo. Modos sob demanda e fixo. Frequência ajustável no mínimo entre 30 e 180 ppm. Corrente ajustável com indicação no display. Bateria e Alimentação, Bateria interna recarregável de íon-lítio ou tecnologia superior. Autonomia mínima de 2 horas de monitorização contínua ou mínimo de 50 choques a 200J. Tempo máximo de recarga: até 4 horas. Funcionamento em rede elétrica 110/220V automático (bivolt).	Unid.	01	R\$ 18.990,00	R\$ 18.990,00



	Indicação de nível de bateria no display. Registro e Armazenamento de Dados Memória interna para armazenamento de eventos (no mínimo 50 eventos). Registro de ECG e eventos de desfibrilação. Interface para transferência de dados via USB ou tecnologia superior. Software para visualização e impressão dos dados (compatível com Windows ou plataforma atual). Segurança e Normas, Equipamento em conformidade com as normas: ABNT NBR IEC 60601-1, ABNT NBR IEC 60601-2-4, Certificação INMETRO, Registro ativo na ANVISA, Grau de proteção mínimo IPX1. Proteção contra descarga acidental. Sistema de autoteste automático ao ligar. Acessórios Mínimos Inclusos, 01 par de pás externas adulto. 01 par de pás pediátricas ou sistema com chave seletora. 01 cabo paciente ECG (3 ou 5 vias). 01 sensor de SpO ₂ adulto reutilizável. 01 manguito adulto para PNI. 01 bateria recarregável. 01 cabo de alimentação. 01 manual de operação em português. 01 maleta ou bolsa para transporte. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Assistência técnica autorizada no território nacional. Disponibilidade de peças de reposição por no mínimo 5 anos.				
VALOR TOTAL LOTE 04: R\$ 48.726,37					

LOTE/GRUPO 05					
ITENS DESTINADOS À AMPLA PARTICIPAÇÃO (NÃO EXCLUSIVO)					
Item	Especificação	Unid	Quant.	Valor unitário	Valor Total
43	Câmara para Conservação de Imunobiológicos – Câmara Refrigerada Vertical de formato externo e interno em aço retangular, desenvolvido especificadamente para armazenar científico de vacinas. Capacidade para armazenamento de aproximadamente 340 litros. Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno, garantindo uma maior homogeneidade na temperatura interna. Degelo automático seco com evaporação de condensado sem trabalho adicional. Câmara interna em aço inoxidável para longa vida útil e perfeita assepsia. Duas gavetas deslizantes, fabricadas em aço inoxidável com contra portas em acrílico. Porta de acesso tipo vertical.	Unid.	05	R\$ 13.626,67	R\$ 68.133,35



<p>Isolamento térmico mínimo de 70mm nas paredes em poliuretano injetado expandido 12.800,00 64.000,00 21 livre de CFC. Equipado com 4 rodízios especiais, com freio na parte frontal para fácil travamento. Faixa de trabalho mínima de +2°C e máxima de +8°C com temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução diatérmica. Iluminação interna temporizada em led de alta capacidade e vida útil com acionamento na abertura da porta ou externamente direto no painel. Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima de temperatura, falta de energia, bateria baixa e porta aberta. Dotado de bateria recarregável com autonomia de aproximadamente 72 horas. Compressor AC que funciona independentemente de componente externo com rápida recuperação de temperatura após abertura da porta, no máximo em 15 minutos já está operando na temperatura programada. Silenciador do alarme sonoro de apenas um toque. Sistema de redundância elétrico/eletrônico garantindo perfeito funcionamento do equipamento. Registro na ANVISA, certificações ISO 13485 e manual do proprietário em português. Tampa frontal basculante para limpeza do sistema mecânico e filtros. Chave geral de energia - Liga/Desliga - Disponível em 127V/220V, 50/60Hz. Porta em vidro triplo tipo "no fog", possuindo três camadas de vidros intercaladas por vácuo e gás, garantindo um excelente isolamento térmico e permitindo a visualização do conteúdo interno sem perder rendimento ou diminuir a qualidade do produto armazenado. Display em painel eletrônico no mínimo na tecnologia LCD, com memória interna, sistema de comando com display único localizado na parte superior frontal com fundo iluminado multi sensores. Apresentar simultaneamente as temperaturas de momento, máxima, mínima e descrição de alarmes e eventos. Memória interna com capacidade de armazenamento mínimo de 1 ano. Safety System - Sistema de emergência 36 horas. Sistema de segurança acoplado ao equipamento capaz de manter o seu funcionamento mesmo na falta de energia elétrica. Alimentado por baterias seladas, conversor de energia 12V DC e manterá o equipamento trabalhando na temperatura programada por até 36 horas. Possuir um controlador da tensão ativando o sistema de emergência na falta de energia ou protegendo o equipamento em variações bruscas de</p>				
---	--	--	--	--



	energia elétrica. Cor preta. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses.				
VALOR TOTAL LOTE 05: R\$ 68.133,35					

LOTE/GRUPO 06					
ITENS DESTINADOS À AMPLA PARTICIPAÇÃO (NÃO EXCLUSIVO)					
Item	Especificação	Unid	Quant.	Valor unitário	Valor Total
44	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA Autoclave Horizontal, com tampa e câmara em aço Inox, silenciosa, bivolt automático, com capacidade de 21 Litros; Potencia 1600 Watts; frequência 50/60Hz; modo de operacional digital, com sistemas de segurança Chave e Trava da porta; Sistema de ajuste de altitude automático, secagem eficiente com porta entreaberta, contar com 21 sistemas de segurança. Teclado de controle. Temperatura de trabalho de 120 a 134°C. Garantia mínima do Fabricante: 12 meses e registro do produto na ANVISA.	Unid.	03	R\$ 4.926,67	R\$ 14.780,01
45	CADEIRA ODONTOLÓGICA Cadeira odontológica completa, destinada ao atendimento clínico odontológico, projetada para proporcionar conforto ao paciente, ergonomia ao profissional e segurança operacional. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS EXIGIDAS. Estrutura e Movimentação, Estrutura metálica resistente, com tratamento anticorrosivo, revestimento em material estofado anatômico, impermeável, lavável e resistente a desinfetantes, movimentação eletromecânica ou hidráulica, acionamento por pedal ou painel de comando, capacidade mínima de carga: 200 kg. Movimentos da cadeira, elevação e descida do assento, inclinação do encosto com posição de trabalho e posição de emergência, retorno automático à posição inicial. Ajustes suaves e silenciosos. Encosto de cabeça regulável em altura e inclinação, sistema de encaixe ou ajuste multiposicional, apoio anatômico para adultos e crianças. Braços: Braço direito rebatível ou removível para facilitar o acesso do paciente, braço esquerdo fixo ou rebatível. Bandeja auxiliar removível, em aço inox ou material resistente. Base estável, com design que permita fácil higienização, pintura eletrostática ou acabamento equivalente sistema antiderrapante. Quantidade de pontas (4	Unid.	03	R\$ 23.641,24	R\$ 70.923,72



	pontas; 2 alta rotação, 1 baixa, 1 tríplice), preparada para bomba a vácuo. Comandos: Pedal multifuncional com controle dos movimentos da cadeira. Funções mínimas: subir, descer, inclinar encosto e retorno automático. Tensão Elétrica: Alimentação elétrica: 127 V, Frequência: 60 Hz. Segurança: Sistema de parada de emergência, Proteção contra sobrecarga elétrica, atender às normas de segurança vigentes. Produto registrado ou notificado na ANVISA, atender às normas técnicas aplicáveis. Equipamento novo, sem uso anterior. Garantia mínima de 12 meses, Assistência técnica autorizada no território nacional, manual de operação em língua portuguesa. Cor: Azul, Itens Inclusos: Cadeira odontológica completa, Encosto de cabeça, Pedal de comando, Bandeja auxiliar removível, em aço inox ou material resistente. manual do fabricante.				
46	APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO Aparelho de Raios X odontológico intraoral, destinado à realização de exames radiográficos periapicais, interproximais e oclusais, para diagnóstico odontológico, uso clínico ambulatorial ou hospitalar. Uso profissional em consultórios e unidades de saúde. Gerador de Raios X, Gerador de alta frequência (mínimo 20 kHz), Tensão no tubo ajustável ou fixa 70 kV, Corrente do tubo: mínimo 7 mA, Foco do tubo: até 0,8 mm. Tempo de exposição programável, Faixa mínima: 0,02s a 3,0 s. Ajuste eletrônico com precisão e repetibilidade. Braço articulado balanceado, com alcance mínimo de 1,5 m. Sistema de travamento firme e posicionamento preciso, movimentação suave, permitindo múltiplas posições. Cabeçote blindado contra radiação, isolamento térmico adequado, sistema de colimação cilíndrica, filtragem total mínima conforme normas vigentes. Colimador cilíndrico ou retangular, distância foco-filme mínima de 20 cm, redução da dose de radiação ao paciente. Painel de comando eletrônico com display digital, seleção de tempo de exposição, programas para filme radiográfico ou sensores digitais, indicadores luminosos e sonoros de emissão de raios X. Segurança Radiológica: Dispositivo de segurança contra disparo acidental, botão de exposição com cabo espiralado de no mínimo 2 m, sinalização visual e sonora durante a emissão, atender às normas de radioproteção vigentes. Alimentação Elétrica: 127 V, Frequência: 60 Hz, consumo compatível com uso odontológico contínuo. Instalação	Unid.	03	R\$ 11.563,89	R\$ 34.691,67



	Versões aceitas: parede, piso ou móvel, conforme necessidade da unidade, acompanhar kit completo de fixação, manual de instalação incluso. Registro ou cadastro válido na ANVISA, atender à Portaria SVS/MS nº 453/1998 ou norma que a substitua, conformidade com normas ABNT / IEC aplicáveis. Equipamento novo, sem uso anterior. Garantia mínima de 12 meses, Assistência técnica autorizada no Brasil, Disponibilidade de peças de reposição.				
47	LOCALIZADOR DE APICE Localizador eletrônico de ápice radicular, destinado à determinação precisa do comprimento de trabalho em procedimentos endodônticos, para uso clínico odontológico. Características Gerais, equipamento eletrônico digital para localização do ápice radicular; funcionamento baseado em medição eletrônica de impedância ou tecnologia multifrequencial; indicado para uso em canais radiculares secos, úmidos ou com presença de soluções irrigadoras; alta precisão na determinação do comprimento de trabalho; operação simples e intuitiva. Display e Sinalização digital em LCD ou LED, com indicação gráfica e/ou numérica da posição da lima no canal; indicadores visuais de aproximação do ápice; sinalização sonora progressiva, com alerta ao atingir o forame apical; possibilidade de ajuste ou desligamento do sinal sonoro. Alimentação Elétrica por bateria recarregável ou pilhas; Autonomia mínima compatível com rotina clínica; Indicador de nível de carga da bateria; Carregador bivolt automático (100–240 V), quando aplicável. Componentes e Acessórios Inclusos: 01 unidade principal (localizador de ápice); 01 cabo de conexão para lima; 01 clipe labial autoclavável; 01 porta-lima autoclavável; 01 conjunto inicial de acessórios para funcionamento; manual de instruções em língua portuguesa. Ergonomia e Segurança, Design compacto e portátil; Superfícies lisas, de fácil limpeza e desinfecção; Componentes removíveis e autoclaváveis; Proteção contra interferências elétricas externas. Equipamento em conformidade com normas da ABNT aplicáveis; Registro ativo ou isenção junto à ANVISA, conforme legislação vigente; atender às normas de segurança elétrica e sanitária. Condições Ambientais de Operação: Funcionamento adequado em ambiente clínico odontológico; Temperatura e umidade compatíveis com uso ambulatorial. Equipamento novo, sem uso anterior. Garantia	Unid.	05	R\$ 2.126,11	R\$ 10.630,55



	mínima de 12 meses, Assistência técnica autorizada no Brasil, Disponibilidade de peças de reposição.				
VALOR TOTAL LOTE 06: R\$ 131.025,95					

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.1. O critério de julgamento aplicado ao presente certame licitatório será o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

9. DA VIGÊNCIA E DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

9.1. O objeto de que trata o presente Termo de Referência deverá ser fornecido pela contratada à contratante em conformidade com as seguintes definições:

9.1.1. PRAZO DE ENTREGA: Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (Trinta) dias corridos** contados da assinatura do instrumento de contrato, emitido pela Secretaria Municipal de Administração – Depto de Licitações e Contratos.

9.1.2. LOCAL DE ENTREGA: O objeto deverá ser entregue juntamente com a Nota Fiscal, na Rua Marquesa dos Santos, 186 – Jardim Medina -Poá, CEP. 08556-240, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre 09:00 e 16:00 horas, aos cuidados da equipe de patrimônio da Secretaria de Saúde.

9.1.3. PRAZO DE VIGÊNCIA: Tem-se na presente contratação a natureza de contrato por escopo, e sua vigência será de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua assinatura, compreendidos neste prazo a entrega do objeto pelo contratado, o recebimento (provisório e definitivo) do objeto pela Administração e a realização das etapas de execução financeira (liquidação, pagamento), na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.4. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Os prazos de vigência e de entrega do objeto constantes dos itens 8.1.1. e 8.1.3. admitem prorrogação, desde que motivada e aprovada pela unidade requisitante, mediante justificativa devidamente aprovada pela autoridade competente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme previsão constante do [art. 6º, XVII da Lei Federal nº 14.133 de 2021](#), ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

10. DO ADITAMENTO

10.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



10.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

11.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e no contrato.

11.2. As Notas Fiscais ou instrumentos de cobrança equivalentes deverão ser emitidos pelo contratado com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e lançado no instrumento contratual.

11.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

11.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-



se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

12.1.1. São obrigações do Contratante:

12.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

12.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

12.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

12.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



12.1.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

12.1.13. Com relação à obrigação delineada no subitem 11.1.6 deste termo de referência, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

12.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;



12.2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.2.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.2.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

12.2.14. Com relação à obrigação delineada no subitem 11.2.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.2.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica devidamente qualificada e em número suficiente para realizar, com segurança e eficiência, todas as etapas relacionadas à entrega, descarga, movimentação e montagem dos equipamentos necessários no local indicado pela CONTRATANTE. A equipe deverá estar apta a executar os serviços necessários, observando as normas de segurança do trabalho e demais regulamentações aplicáveis. Além disso, a CONTRATADA deverá fornecer todos os recursos materiais e equipamentos auxiliares indispensáveis à adequada descarga e instalação dos equipamentos, tais como ferramentas, dispositivos de içamento, veículos apropriados, entre outros que se façam necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratual.

13. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:



13.1. DO VALOR

13.1.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao Contratado, a quantia relativa à efetiva aquisição, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

13.1.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

13.2. DO PAGAMENTO

13.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias após a aceitação e atesto das Notas Fiscais ou instrumento de cobrança equivalente.

13.2.2. Será considerada a data do pagamento o dia da emissão da Ordem de Pagamento.

13.2.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

13.2.3.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento constante do item 12.2.1. após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais, ao SICAF ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



13.2.6. A Administração poderá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).

13.2.7. Constatando-se eventual situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos seguintes requisitos:

14.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a.Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b.Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c.Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d.Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e.Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da



Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f.Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

g.Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h.Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

14.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



14.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.4. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

14.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

14.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

14.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.5.1. Atestado(s) de desempenho, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando quantidades, prazos e outros dados característicos, capaz de comprovar a aptidão da licitante para o fornecimento de bens similares, em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação e/ou ao item da participação.

14.5.1.1. Os Atestados de desempenho descritos no item 13.5.1. deverão, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comprovar o fornecimento anterior de no mínimo 50% do item da participação.

14.5.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de quantos atestados forem necessários, desde que todos estejam em conformidade com os requisitos expressos no item 14.5.1.

14.5.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

14.5.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES



14.6.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador, com o número da identidade e do CPF (MF) do declarante, nos termos do modelo que constará em edital.

14.6.2. Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, bem como não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme disposições contidas no inciso VI do artigo 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos termos do modelo que constará em edital.

14.6.3. Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, atualizada pela LC 147/2014, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, nos termos do modelo que constará em edital.

14.6.4. Declaração, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposições contidas no parágrafo primeiro do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos termos do modelo que constará em edital.

14.6.5. Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposições contidas no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021, nos termos do modelo que constará em edital.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

15.1. Será procedida pela unidade contratante a designação de agentes públicos para atuarem como Fiscal e Gestor dos contratos que sobrevierem deste certame licitatório, que ficarão responsáveis por promover a verificação da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o exato cumprimento das obrigações contratuais (artigos 6º e 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024).

15.2. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.2.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de Fiscal do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:



- a-) acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;
- b-) recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e no regulamento da Secretaria de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferi-los e encaminhá-los ao Gestor do contrato;
- c-) verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato;
- d-) manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;
- e-) consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

15.3. DA GESTÃO CONTRATUAL

15.3.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com designado Gestor do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:

- a-) acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;
- b-) ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, de seu cronograma físico-financeiro bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- c-) executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;
- d-) expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;
- e-) encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização; verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação



necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato:

f-) atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;

g-) manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;

h-) dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;

i-) verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e em regulamento da Secretaria Municipal de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

j-) executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário:

k-) emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, ouvido o fiscal do contrato;

15.3.2 Em verificada a existência de qualquer infração contratual pelo contratado, competirá ao gestor do contrato providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos que foram destinados ao município por meio de emendas parlamentares e que foram inseridas no Orçamento Municipal por meio da seguinte dotação orçamentária:

Despesa	Órgão	Econômica	Funcional	Ação	Fonte	C. Aplicação
1778	07.04.00	4.4.90.52.00	10 304 0007	2023	05	8000023



PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



1788	07.02.00	4.4.90.52.00	10 301 0007	2001	95	8000023
------	----------	--------------	-------------	------	----	---------

16. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

16.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 743.043,79 (setecentos e quarenta e três mil, quarenta e três reais e setenta e nove centavos).



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ
REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026
Processo nº 1893/2026

A empresaestabelecida na, nº., complemento, Bairro, Cidade....., Estado....., CNPJ nº., telefone, FAX:E-mail:, pela presente, propõe o fornecimento do objeto descrito no Anexo I – Características e Especificações Técnicas do Objeto do edital de Pregão Eletrônico nº 021/2026 nas seguintes condições:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$	R\$
VALOR TOTAL					XXX.XXX,XX	

Preço Global: R\$ (.....)

Declaramos que o preço cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

Prazo de validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias.

Prazo de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais ou instrumento de cobrança equivalente.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Prazo e Local de Entrega: O equipamento deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do instrumento de contrato, emitido pela Secretaria Municipal de Administração – Depto de Licitações e Contratos. O objeto deverá ser entregue juntamente com a Nota Fiscal, na Rua Marquesa dos Santos, 186 – Jardim Medina -Poá, CEP. 08556-240, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre 09:00 e 16:00 horas, aos cuidados da equipe de patrimônio da Secretaria de Saúde.

Declaro expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e nos seus Anexos, bem como que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com o fornecimento de todos os materiais, de conformidade com as condições estabelecidas no Edital de PREGÃO e seus Anexos.

Data:

Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)
RG nº CPF nº



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º / 2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

Por meio do presente, de um lado a Prefeitura do Município de Poá, entidade jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob número 55.021.455/0001-85, com sede nesta cidade, à Avenida Brasil, número 198 – Bairro Centro – Poá - SP, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **SILVANEI CARDOSO MAMED**, autoridade competente por delegação, designado nos termos do Decreto Municipal nº 7.960, de 14 de dezembro de 2021, alterado pelo Decreto Municipal nº 8.149, de 03 de novembro de 2022, e de outro lado a empresa: _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob número _____, entidade jurídica de direito privado, estabelecida à _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, e devidamente inscrito no CPF/MF sob número _____, RESOLVEM, observados os resultados decorrentes do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 021/2026**, processo administrativo n.º 1893/20256, CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO, de acordo com as condições previstas no Edital de licitação, e, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 8.409, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II da L.F. Nº 14.133/2021](#))

1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para atender as necessidades da Secretaria de Saúde no que se refere à aquisição de **MATERIAIS PERMANENTES e EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS.**

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, os anexos que integram o Pregão Eletrônico nº 021/2026, quais sejam:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO ([art. 92, V da L.F. Nº 14.133/2021](#))

2.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)



2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS (art. 92, V e VI da L.F. N° 14.133/2021)

3.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao Contratado, a quantia relativa à efetiva aquisição, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

3.2. O pagamento será efetuado no prazo de **até 15 (quinze) dias** após a aceitação e atesto das Notas Fiscais ou instrumento de cobrança equivalente.

3.3. Será considerada a data do pagamento o dia da emissão da Ordem de Pagamento.

3.4. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

3.4.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento constante do item 3.2 após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais, ao SICAF ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. A Administração poderá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).

3.8. Constatando-se eventual situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à



inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO (art. 92, IV da L.F. N° 14.133/2021)

4.1. O objeto de que trata o presente Contrato deverá ser fornecido pela contratada à contratante em conformidade com as seguintes definições:

4.1.1. PRAZO DE ENTREGA: O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

4.1.2. DA PRORROGAÇÃO: O prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado, mediante pedido devidamente motivado e autorizado pela unidade requisitante, nos termos do [artigo 6º, Inc. XVII da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.1.3. LOCAL DE ENTREGA: O objeto deverá ser entregue juntamente com a Nota Fiscal, Rua Marquesa dos Santos, 186 – Jardim Medina -Poá, CEP. 08556-240, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 e 16:00 horas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) a partir da data de assinatura, compreendidos neste prazo a entrega do objeto pelo contratado, o recebimento (provisório e definitivo) do objeto pela Administração e a realização das etapas de execução financeira (liquidação, pagamento), na forma [do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

5.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



6.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

6.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLAUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE ([art. 25, §7º da L.F. N° 14.133/2021](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado pela Administração Municipal.

7.2. O orçamento estimado pela Administração consta dos autos do respectivo processo licitatório, datado 23/02/2026.

CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, VII e XVIII](#))

8.1. Será procedida pela Secretaria Municipal de Saúde a designação de agentes públicos para atuarem como Fiscal e Gestor certame licitatório, que ficarão responsáveis por promover a verificação da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o exato cumprimento das obrigações contratuais (artigos 6º e 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024).

8.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.2.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de **Fiscal do(s) Contrato(s)**, conforme definido pelo art. 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:

- a.** acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;
- b.** recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e no regulamento da Secretaria de



Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferi-los e encaminhá-los ao Gestor do contrato;

c. verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata de Registro de Preços, na Autorização de Fornecimento, no Contrato ou em documentos de natureza similar, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato;

d. manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

e. consultar a secretaria gerenciadora dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

8.3. DA GESTÃO DO CONTRATO

8.3.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com designado **Gestor do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:**

a. acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;

b. ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, de seu cronograma físico-financeiro bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;

c. executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;

d. expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços, quando houver;

e. encaminhar cópia da Ata de Registros firmada, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização; verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;

f. atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;

g. manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;



h. dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;

i. verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e em regulamento da Secretaria Municipal de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

j. executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário.

k. emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, ouvido o fiscal do contrato;

8.4. Em verificada a existência de qualquer infração contratual pelo contratado, competirá ao gestor do contrato providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. São obrigações do Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando



houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.9. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

10.1.10. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.1.12. Com relação à obrigação delineada no subitem 11.1.6 deste termo de referência, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual



pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

11.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

11.14. Com relação à obrigação delineada no subitem 11.2.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. As condições inerentes ao recebimento do objeto são aquelas que constam do Termo de Referência da Licitação, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



13.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv.** Multa:



- a)** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b)** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c)** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- d)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 14.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- e)** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 14.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.
- f)** Para infração descrita na alínea "b" do subitem 14.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
- g)** Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 14.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
- h)** Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 14.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;



- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

14.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

14.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

14.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

15.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c. Indenizações e multas.

15.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

15.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Despesa	Órgão	Econômica	Funcional	Ação	Fonte	C. aplicação
1778	07.04.00	4.4.90.52.00	10 304 0007	2023	05	8000023
1788	07.02.00	4.4.90.52.00	10 301 0007	2001	95	8000023



16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Poá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Por estarem de acordo, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o assinam.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DO MUNICÍPIO DE POÁ, ____ de _____ de 2026 - 77º Ano de sua Emancipação Político-administrativa.

SILVANEI CARDOSO MAMED

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE -

Autoridade competente por delegação nos termos do Decreto Municipal nº 7.960/21

– CONTRATANTE –

- CONTRATADA -

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG N.º:

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG N.º: